

Quanto vale o nosso património?

Fomos à estante e do "Guia da Arquitectura Moderna - Porto", das Edições ASA, autoria da Fátima Fernandes e Michele Cannatá, sacámos as imagens de três obras discutidas n'a Baixa que achamos por bem enviar, julgando com isso contribuir para a discussão.

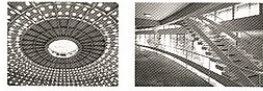
1. A primeira imagem é do Silo-Auto [1964] e é acompanhada por um texto dos autores do livro que, bem lido e compreendido, rebate todas as patetices que são ditas sobre a pintura do quase perfeito edifício (o único de seis previstos), principalmente quando vindas de arquitectos, que deviam saber melhor, salientando: "(...) *O sistema de acesso resulta extremamente funcional permitindo, através de duas rampas helicoidais, uma distribuição sem interferências entre o sentido de marcha dos veículos. Além da funcionalidade e devido ao sistema estrutural em **betão armado aparente**, as paredes exteriores são constituídas por uma cumplicidade de cheio e vazio que constrói uma interessante visão panorâmica de 360º sobre a cidade.*" Podíamos até pintar de amarelo, se com isso déssemos um contributo que melhorasse a obra e a sua envolvente.



2. A segunda série é do Palácio dos Desportos [1951-1955], onde no estudo apresentado é perceptível um conjunto de volumes a nascente, na chegada à nave e se vislumbra já o desaparecimento do lago em planta. José Carlos Loureiro é um grande arquitecto português com um conjunto excelente de obras onde se destaca o Hotel D. Henrique, o Edifício Parnaso e o Parque Residencial do Luso. No entanto não se devia deixar levar pelo dogmatismo, onde até as suas declarações são contraditórias e insuficientes para justificar mais uma violação do PDM do Porto e a perda de mais espaço verde dos portuenses, atendendo a que falamos de um espaço cujo esforço económico de manutenção é facilmente recuperado. Minimiza o impacte da intervenção dizendo tratar-se de um "[auditoriozinho](#)", mas afinal até isso já existe, ali ao lado na Biblioteca AG. Nunca se sabe se na calote do pavilhão, tão cheia de

espaço vazio, não se poderia ainda acrescentar um hotel 'low-cost', uns 'escritóriozinhos' e umas lojas de luxo, ali penduradas no ar sem tocar na estrutura. Bem o melhor é não dar ideias...

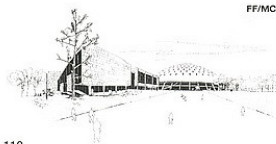
José Carlos Loureiro



39 **Palácio dos Desportos [1951-1955]**

Depois de grandes polémicas, começadas em 1946 com a apresentação de um projecto de Artur de Andrade, em torno da demolição do antigo Palácio de Cristal e da construção de um novo edifício, o jovem José Carlos Loureiro, com apenas 25 anos, é encarregue do projecto de construção de um pavilhão de desportos destinado a acolher o Campeonato Mundial de Hóquei em Patins de 1952. José Carlos Loureiro, então assistente na Escola de Belas-Artes, na cadeira de Arquitectura, convidado como colaborador para a parte da estrutura o engenheiro António Soares, e em seis meses elabora o projecto do Palácio dos Desportos. O novo edifício, caracterizado pela sua grande calote esférica, configura-se como espaço multiusos, introduzindo no perfil da cidade uma nova forma. A inserção no terreno é cuidadosamente estudada por forma a permitir o máximo de visibilidade ao nível do território circundante e para se afirmar como novo monumento urbano. O projecto representa uma grande ocasião de afirmação da linguagem da arquitectura moderna que, no nosso país, se encontrava numa fase central de debate. Grandes vãos, uso de betão aparente, referências às arquitecturas internacionais mais avançadas, capacidade de respostas projectuais fazem do Palácio dos Desportos uma das exemplares obras da modernidade em Portugal.

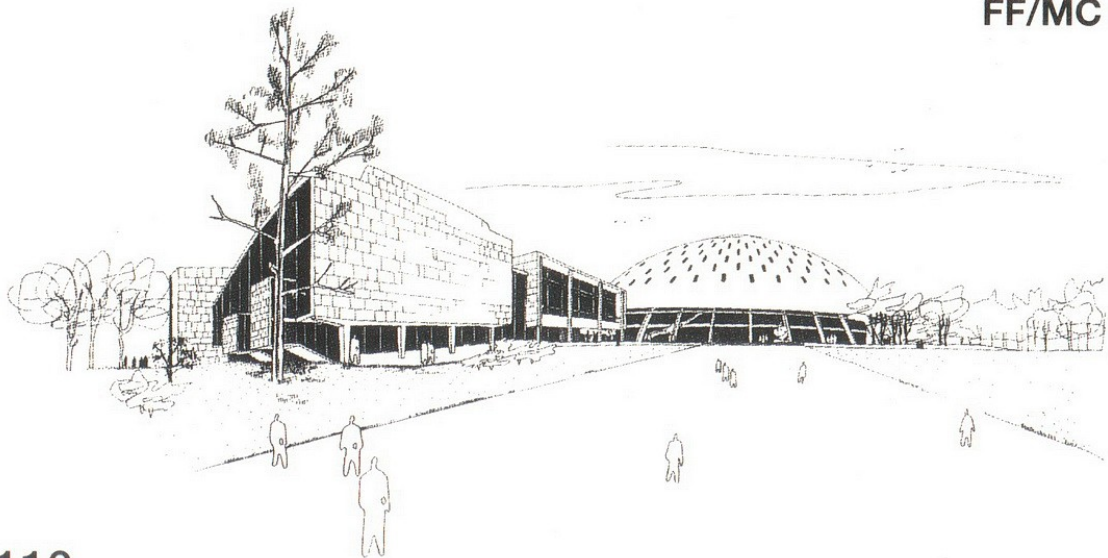
Nome da Obra
Palácio dos Desportos
Localização
Rua de D. Manuel II
Porto
Data do Projecto
1951
Data de Conclusão
1955
Autor
José Carlos Loureiro



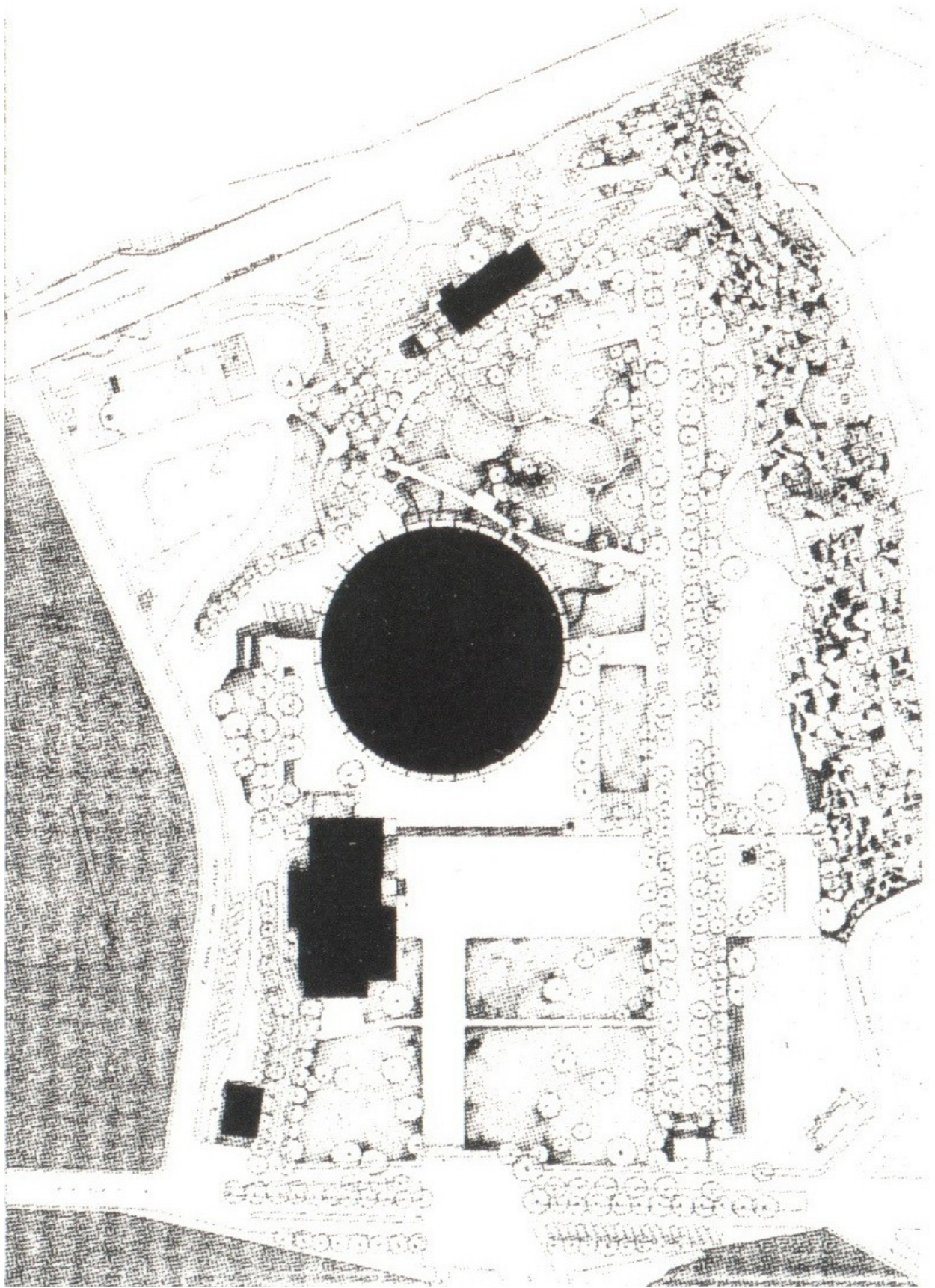
FF/MC

110

FF/MC



110




3. O mercado do Bom Sucesso [1949-1952], edifício onde a geometria explora a decoração das fachadas nos arruamentos e atinge o esplendor no seu interior, surge da “necessidade de dar resposta ao crescente desenvolvimento da zona oeste da cidade” em substituição do obsoleto e antigo Mercado do Anjo. Carlos Romão [pergunta](#) na Cidade Surpreendente como é possível alguém pretender introduzir naquele espaço magnífico algo que o destruirá irremediavelmente? A maioria de nós regozija-se pela classificação recente de Imóvel de Interesse Patrimonial, julgando com isso poder impedir que os males maiores que todos adivinham, venham a acontecer. Dá a sensação que as pessoas julgam existir sempre um agente bom e um outro mau que nos quer estragar a vida. Neste caso é notório que a CMP e o Privado agem em sintonia, em parceria, aproveitando-se de algo que tem um propósito benéfico, com o único fim de usufruir apenas dos benefícios fiscais que advêm dessa classificação “salvadora”. A DRCN já esclareceu que “desde que os volumes não interfiram com a estrutura” é possível obter um parecer positivo daquela instituição (cuja directora já deu inúmeras provas de permeabilidade, para sermos brandos). Portanto, esperem para o dia da classificação do imóvel para assinarem o contrato de parceria apenas teve como único e macabro objectivo usufruir dos [benefícios fiscais](#) que o Estado promove para a reabilitação. Se de uma verdadeira reabilitação se tratasse, definição que abrange tudo, até já serviu para colar esta intervenção à do Mercado Ferreira Borges, como se estivéssemos a falar da mesma coisa!!!

ARS-arquitectos

31 Mercado do Bom Sucesso [1949-1952]

Na sequência do projecto do Mercado Municipal de Matosinhos, também a Câmara Municipal do Porto vê no antigo lugar do Mercado do Anjo a necessidade de erguer uma nova estrutura que dê resposta ao crescente desenvolvimento da zona oeste da cidade, pelo que pede à empresa ARS-arquitectos um anteprojecto para um “edifício que marque a sua época e o seu fim”. Em 1951 dá-se início às obras de um novo mercado que marca de forma decisiva um novo traçado urbano. A sua estrutura de abóbada de betão vibrado, apoiada em pórticos dispostos de forma radial resulta do estudo da resistência da forma hiperbólica. Deste modo obtêm-se as secções mais económicas com o mínimo de ferro despendido, material então inflacionado e controlado pela própria Comissão Nacional do Ferro. O mercado é disposto em três pavimentos, aproveitando o declive natural do terreno, fazendo-se o acesso automóvel para cargas pelo alçado posterior. O piso inferior, com acesso independente pelo lado sul, destina-se à peixaria, sendo o mais fresco e ventilado. Este piso separa-se da abóbada central por uma cobertura ligada à galeria do 1º piso, que circunda todo o mercado e é muni- da de pequenas lojas independentes. O pavimento central é destinado ao mercado geral e o superior às flores. Os alçados frontal e posterior abrem-se em grandes lanternins, incorporando o primeiro lojas exteriores, que animam o comércio de rua.

DMS






De facto, como diz JPV, não existem vacas sagradas e devemos falar da arquitectura como algo que está ao nosso dispor. O que deveríamos entender é a Arquitectura como um **serviço público**, mobilizador das nossas melhores perspectivas de vida ou, infelizmente, incapaz de satisfazer todas as nossas necessidades, com um tempo de validade que não se esgota num mandato autárquico, em que os políticos (iletrados como estes que temos) é que determinam o início e o fim desses bens públicos, sem que o Povo possa opinar, nem contrapor os argumentos economicistas. Não podemos pegar no “Edifício Mutual” e substituir o revestimento de cobre porque não gostamos da cor nem do babado da oxidação e fazermos aquilo que se fez no “Palácio Atlântico”, que ficou ‘mais clarinho, mais branquinho’...

Como em tudo na vida, os princípios que temos [ou não] são os responsáveis pelas nossas condutas enquanto cidadãos. Muitos consideram que a escolha do Pátio Luso para finalista de um concurso de arquitectura é um acto de regozijo e que devemos patrioticamente apoiá-lo. Mas nós por princípio consideramos que uma intervenção que violasse a Lei, nunca devia ter acontecido e não ter lugar em nenhum concurso a não ser o dos casos deprimentes. No entanto a CMP, a Porto Vivo SRU e a Edifer/Arq. Miguel Saraiva, estão de parabéns por terem feito uma obra ilegal que consegue concorrer a prémios de arquitectura, como ao “Prémio João de Almada”. Neste caso a “reabilitação” (destruição de imóveis classificados) é o cenário para a subversão total dos nossos princípios. No caso do Corpo da Guarda, cuja intervenção já [argumentámos](#) ser desequilibrada, a culpa vai morrer solteira porque é o que sempre acontece. Reparem que os restantes proprietários conseguiram ainda controlar os danos e já colocaram no mercado grande parte das habitações disponíveis, mesmo sendo mais caras do que as da SRU. A Porto Vivo, por outro lado, não consegui vender nenhuma parcela porque não tem ninguém habilitado para introduzir melhorias, nem mesmo em obra, que corrigissem os disparates que lá existem. Peguem na planta do estacionamento e exercitem a vossa mente a fazer entrar e a estacionar lá os carros. Nem precisam de ser todos porque aí avisamos já que não é possível. Nas habitações se quiserem reduzir as críticas a uma questão de gosto, também aí estamos à vontade para podermos discutir. Quem já lá entrou sabe bem do que estamos a falar... Acreditem, estávamos bem melhor antes da intervenção, pelo menos a tempo de fazer melhor do que aquilo que lá está.

Tem por isso razão o Pedro Figueiredo quando questiona qual o valor do nosso património, qual o preço que temos que pagar para possuímos aquilo a que temos direito? E a Cristina Santos, que sabe o que é intervir em edifícios com valor patrimonial, melhorando onde é preciso, como fez em Carlos Alberto.

Desta vossa equipa ao dispor, ssru